



## PARECER CONJUNTO

**REFERÊNCIA:** Projeto de Lei Complementar nº. 14/2026

**ASSUNTO:** Reajusta os vencimentos e referências remuneratórias dos servidores do Poder Legislativo.

**AUTOR:** Mesa Diretora

O referido Projeto de Lei Complementar tem por objetivo conceder reajuste de 0,89% (oitenta e nove centésimos por cento) aos vencimentos e referências remuneratórias dos servidores do Poder Legislativo Municipal, correspondente à complementação do índice aplicado na revisão geral anual concedida no exercício de 2026, caracterizando aumento real da remuneração.

A proposição estabelece que os efeitos financeiros retroagirão a 1º de maio de 2026.

Acompanha o projeto Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro elaborado em atendimento aos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

A **Comissão de Constituição, Justiça e Redação** verificou que a matéria se insere na competência da Câmara Municipal para dispor sobre a remuneração de seus servidores, observada a iniciativa da Mesa Diretora e os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.

Não se verificam vícios de iniciativa, constitucionalidade ou legalidade, estando a proposição redigida em conformidade com a técnica legislativa adequada.

A **Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade** analisou que o Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro demonstra que a despesa decorrente da concessão do reajuste importará em custo estimado de R\$ 205.521,01 no exercício de 2026, R\$ 313.045,65 em 2027 e R\$ 319.916,23 em 2028.

Consta ainda que as despesas serão suportadas por dotações orçamentárias próprias, compatíveis com o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Verifica-se, igualmente, que os percentuais de despesa com pessoal permanecem dentro dos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000, correspondendo a 0,82% da Receita Corrente Líquida em 2026, 0,88% em 2027 e 0,87% em 2028.



Da mesma forma, a despesa com folha de pagamento permanece dentro do limite previsto no §1º do artigo 29-A da Constituição Federal, representando 53,91% do orçamento da Câmara em 2026, 53,41% em 2027 e 51,71% em 2028.

Assim, não se constata impedimentos de ordem financeira ou orçamentária à aprovação da proposição. Assim, após análise, as comissões manifestam pelo prosseguimento do projeto, reservando o direito de manifestação em Plenário, quando este constar na pauta da Ordem do Dia.

Plenário “Vereador Laurindo Ezidoro Jaqueta”, 12 de junho de 2026.

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Ver. **NUNO GARCIA**  
Presidente

Ver. **VALMIR REIS**  
Relator

Ver. **THIAGO PADOVAN**  
Membro

## **COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**

Ver. **LELO PAGANI**  
Presidente

Ver. **ZÉ FERNANDES**  
Relator

Ver. **WELINTON JAPA**  
Membro



## **Assinaturas Digitais**

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Botucatu. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://botucatu9.siscam.com.br/Documentos/Validate?chave=DXGV-98WN-22HD-H0UC> , ou vá até o site <https://botucatu9.siscam.com.br/Documentos/Validate> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: DXGV-98WN-22HD-H0UC**

Câmara Municipal de Botucatu, 12 de junho de 2026

Botucatu, 12 de junho de 2026